Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

CADin – Neurodesenvolvimento e Inclusão

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 acompanhadas da Certificação Legal das Contas

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 422 500
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do CADin – Neurodesenvolvimento e Inclusão (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 237.757 Euros e um total de fundos patrimoniais de 109.971 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 28.564 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficias de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

O CADin – Neurodesenvolvimento e Inclusão é uma Entidade sem fins lucrativos, sendo uma parte substancial dos meios financeiros necessários à consecução das suas atividades, obtida através de donativos. Assim, a continuação das atividades desenvolvidas pela Entidade encontra-se dependente da manutenção da obtenção de donativos e/ou do sucesso das suas operações futuras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS since 1845

bsi ISO 22301 Business Continuity Management CERTIFIED ISO/IEC 27001 Information Security Management CERTIFIED

"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2024. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Associados do
CADin – Neurodesenvolvimento e Inclusão

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do CADin – Neurodesenvolvimento e Inclusão (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Instituição, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Atividades do exercício de 2023 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, à qual damos a nossa concordância e que damos aqui por integralmente reproduzida e que inclui uma Ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção "Ênfase" da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Atividades, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de maio de 2024

José Ortigão Ramos
Presidente

Paulo Fernando Bandeira
Vogal

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Filipa Raquel Cunha Santos, ROC
Registo na OROC n.º 1987
Registo na CMVM n.º 20210022
Vogal

CADIn - Neurodesenvolvimento e Inclusão

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERIODO FINDO EM 31 de dezembro de 2023 e 2022 **EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS		DATAS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	6	1 317 491 €	1 063 083 €
Subsídios à exploração	14	0 €	504 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		2 274 €	2 610 €
Fornecimentos e serviços externos	16	1 259 911 €	1 002 558 €
Gastos com o pessoal	11	410 059 €	405 170 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	0 €	0 €
Outros rendimentos	13	341 909 €	301 676 €
Outros gastos	15	7 832 €	7 546 €
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		**-20 676 €**	**-52 621 €**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	7 632 €	7 145 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-28 308 €**	**-59 766 €**
Juros e gastos similares suportados	21	0 €	117 €
Resultado antes de impostos		**-28 308 €**	**-59 884 €**
Impostos sobre o rendimento do período	7	255 €	422 €
Resultado líquido do exercício		**-28 564 €**	**-60 306 €**

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas a 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

142141704

7955

CADIn - Neurodesenvolvimento e Inclusão

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2023 e 2022

EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	5	45 778 €	36 341 €
Outros ativos financeiros	8	6 880 €	6 472 €
TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE		**52 658 €**	**42 813 €**
ATIVO CORRENTE			
Créditos a receber	9	87 947 €	30 133 €
Adiantamentos a fornecedores	18	18 454 €	20 374 €
Estado e outros entes públicos	12	0 €	603 €
Outros créditos a receber	17	14 351 €	13 658 €
Diferimentos	20	2 578 €	3 859 €
Caixa e depósitos bancários	4	61 770 €	180 505 €
TOTAL ATIVO CORRENTE		**185 098 €**	**249 131 €**
TOTAL DO ATIVO		**237 757 €**	**291 944 €**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	10	1 500 024 €	1 500 024 €
Reservas		99 690 €	99 690 €
Resultados transitados	10	-1 461 178 €	-1 400 873 €
Resultado Líquido do Período		-28 564 €	-60 306 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		**109 971 €**	**138 535 €**
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18	17 930 €	5 421 €
Adiantamentos de Clientes	9	9 745 €	11 279 €
Estado e outros entes públicos	12	29 390 €	22 403 €
Outros passivos correntes	19	70 720 €	114 306 €
TOTAL PASSIVO CORRENTE		**127 785 €**	**153 409 €**
TOTAL DO PASSIVO		**127 785 €**	**153 409 €**
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS + PASSIVO		**237 757 €**	**291 944 €**

O anexo faz parte integrante do balanço a 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

142141704

7955

CADIn - Neurodesenvolvimento e Inclusão

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	Método Direto EXERCÍCIOS 2023	2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		1 264 178	1 030 162
Pagamentos a fornecedores		(1 060 436)	(840 292)
Pagamentos ao pessoal		(277 465)	(255 486)
Caixa gerada pelas operações		(76 652)	(65 615)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(422)	
Outros recebimentos/pagamentos da Ativ. Operacional		(24 592)	2 848
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais (1)		**(101 666)**	**(62 767)**
Fluxo de caixa das Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			
Outros ativos financeiros			
Juros e rendimentos similares			
		-	-
Pagamentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		(17 069)	(31 652)
Investimentos financeiros		-	(1 565)
		(17 069)	(33 218)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		**(17 069)**	**(33 218)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	(1)
		-	(1)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		**-**	**(1)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(118 735)	(95 986)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	180 505	276 491
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	61 770	180 505

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa a 31 de dezembro de 2023

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

142141704

7955

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O **CADIn – Neurodesenvolvimento e Inclusão** ("Instituição") é uma Associação sem fins lucrativos, constituída em 2 de junho de 2003, com sede social na Estrada da Malveira, 800, freguesia e concelho de Cascais, e tem como atividade principal a implementação de todas as ações relacionadas com os aspetos assistenciais, científicos, investigacionais e sociais das perturbações do desenvolvimento, da neuro-pediatria e da pedopsiquiatria.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, aplicáveis às Entidades do sector não lucrativo, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março de 2011, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Instituição adotou pela primeira vez em 2011 as Normas Contabilísticas para o Sector Não lucrativo (ESNL). Na data de transição (1 de janeiro de 2011), não existiam quaisquer ajustamentos ou reclassificações decorrentes da transição para o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (NCRF – ESNL).

Os diplomas legais que regulam o Sistema de Normalização Contabilística para o Sector Não Lucrativo são:

- Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março de 2011;
- Portaria nº 105/2011 de 14 de março de 2011, que remete para a portaria nº 986/2009 de 7 de setembro, aplicável às NCRF –PE.
- Portaria nº 106/2001 de 14 de março de 2011;
- Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de março de 2011;
- Aviso nº8259/2015 de 29 de julho de 2015.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF - ESNL).

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

3.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	3 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	4 - 5
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração de resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que incorreram.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que incorrem.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 os ativos intangíveis encontravam-se totalmente amortizados.

3.4 Imparidade de Ativos Fixos Intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração de resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo

São mensurados ao custo os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e Utentes e outros créditos a receber de terceiros

Os saldos de clientes, de utentes e de outros créditos a receber de terceiros são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo.

c) Outros ativos financeiros

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos depósitos a prazo vencíveis a mais de três meses.

Estes ativos são mensurados ao custo.

d) Fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar a terceiros são registados ao custo.

(i) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6 Imparidade de ativos financeiros

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade".

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da prestação de serviços (nomeadamente consultas, avaliações, formações e congressos) é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

Donativos

A Instituição regista os donativos destinados à "Bolsa Social" e à "Gestão corrente" como rendimentos no exercício em que são recebidos. Estes donativos encontram-se registados na rubrica de "Outros rendimentos".

Os donativos em espécie são registados na data do seu recebimento, em rubricas de imobilizado corpóreo, por contrapartida de "Reservas especiais – Doações" e em gastos por contrapartida de proveitos, no caso de se tratar de bens físicos e em gastos no caso de se tratar de fornecimentos e serviços externos.

3.8 Imposto sobre o rendimento do período

O CADIn está isento do Impostos Sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas ao abrigo do despacho nº 3853/04, de 19 de Fevereiro de 2004.

3.9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.
As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contractos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Instituição é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non ajusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui caixa ("numerário"), depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalha-se conforme segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS		
ATIVOS		
CAIXA	**5 135 €**	**5 577 €**
DEPÓSITOS À ORDEM	**56 635 €**	**174 928 €**
BCP	5 355 €	5 478 €
BPI 1	19 308 €	13 167 €
BPI 2	4 584 €	820 €
BPI 3	6 817 €	41 233 €
BPI 4	520 €	4 037 €
CGD	19 496 €	39 502 €
Montepio	555 €	70 690 €
TOTAL	**61 770 €**	**180 505 €**

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	31/12/2022	ADIÇÕES	ABATES ALIENÇAÕES	31/12/2023
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Edifícios e outras construções	71 471 €	5 797 €		77 268 €
Equipamento básico	152 609 €	4 467 €		157 076 €
Equipamento de transporte	0 €			0 €
Equipamento administrativo	117 862 €			117 862 €
Outros Ativos Tangíveis	166 583 €	6 805 €	7 887 €	165 502 €
Total	**508 525 €**	**17 070 €**	**7 887 €**	**517 708 €**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS				
Edifícios e outras construções	37 739 €	4 007 €		41 745 €
Equipamento básico	150 966 €	1 457 €		152 423 €
Equipamento de transporte	0 €			0 €
Equipamento administrativo	117 335 €	218 €		117 553 €
Outros Ativos Tangíveis	166 144 €	1 951 €	7 887 €	160 209 €
Total	**472 184 €**	**7 632 €**		**471 930 €**
ACTIVO TANGÍVEL LÍQUIDO	**36 341 €**	**9 437 €**	**0 €**	**45 778 €**

DESCRIÇÃO	31-12-2021	ADIÇÕES	ABATES ALIENÇAÕES	31-12-2022
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Edifícios e outras construções	42 101 €	29 371 €		71 471 €
Equipamento básico	150 244 €	2 365 €		152 609 €
Equipamento de transporte	0 €			0 €
Equipamento administrativo	117 207 €	654 €		117 862 €
Outros Ativos Tangíveis	166 583 €			166 583 €
Total	**476 135 €**	**32 390 €**	**0 €**	**508 525 €**
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS				
Edifícios e outras construções	34 369 €	3 570 €		37 739 €
Equipamento básico	150 244 €	723 €		150 966 €
Equipamento de transporte	0 €			0 €
Equipamento administrativo	117 041 €	294 €		117 335 €
Outros Ativos Tangíveis	163 516 €	2 629 €		166 144 €
Total	**465 169 €**	**7 145 €**		**472 184 €**
ACTIVO TANGÍVEL LÍQUIDO	**10 966 €**	**25 375 €**	**0 €**	**36 341 €**

As adições refentes aos anos 2023 e 2022, trata-se da aquisição de materiais e equipamento, bem como a preparação das instalações para as quais foram alterados os polos de Lisboa e Setúbal, respetivamente.

6. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhado como se segue:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Vendas de Mercadorias	**3 490 €**	**4 622 €**
Jogos Didáticos e outros materiais de Angariação de Fundos	3 490 €	4 622 €
Prestação de serviços	**1 314 001 €**	**1 058 461 €**
Consultas	1 304 374 €	1 054 365 €
Outros	9 628 €	4 096 €
Total Vendas e Prestações de Serviços	**1 317 491 €**	**1 063 083 €**

7. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Instituição encontra-se isenta de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, tal como descrito na nota 3.8, no lucro associado à sua atividade principal. No decorrer do exercício de 2023, o lucro obtido na venda de jogos didáticos foi sujeito a imposto sobre o rendimento, resultando num imposto de 255 euros.

8. ATIVOS NÃO CORRENTES

Os valores que constam na rubrica de "Fundo de compensação" detalham-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos financeiros		
Alexandra S. C. F. Lobo M. Pinto	516 €	516 €
Maria do Carmo Passanha Borges de Sousa	507 €	485 €
Isabel Maria Cardoso dos Reis	505 €	483 €
Susana de Jesus Gomes Ramos	462 €	439 €
Ana Rita Morgado Gonzalez Dias Domingues	736 €	698 €
Júlia Cláudia P. Vinhas Martins de Faria	888 €	888 €
Rita Ferreira De Serpa Soares	870 €	822 €
Catarina Rodrigues de Brito Afonso	683 €	645 €
Pedro Sacadura Botte	719 €	646 €
Cátia Manuela Guerra Sacadura	292 €	292 €
Beatriz Isabel Nascimento de Carvalho	49 €	49 €
Joao Rafael Martins Lopes	12 €	12 €
Ana Filipa Marques da Silva Ruas	117 €	106 €
Mafalda Cruz de Sousa Ferreira Crespo	263 €	220 €
Sandra Maria De Almeida Da Silva Jacinto	168 €	127 €
Silvia Catarina Matues Lapa e Crespo	82 €	45 €
Sandra Vitória Morais Dias Marques	11 €	
Total	**6 880 €**	**6 472 €**

9. CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica de Créditos a receber apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Créditos a receber		
Conta corrente	187 260 €	130 146 €
Donativos	984 €	284 €
Subtotal	188 244 €	130 430 €
Perdas de imparidade	- 100 297 €	- 100 297 €
Total	**87 947 €**	**30 133 €**

A conta corrente dos clientes no ano 2023 teve um aumento significativo, sendo o mesmo justificado, primeiramente, pelo aumento do número de consultas, sendo que por sua vez conforme esperado resulta no aumento de sujeitos em incumprimento. Em seguida este ano houve o aumento do valor das mensalidades praticadas, indo de encontro à realidade conjuntural económico-financeira em que se insere o CADin, pelo que por sua vez afeta tanto o número de utentes que entram em incumprimento, como os valores dos respetivos incumprimentos são superiores. Por último, verificasse que a maior das instituições parceiras que usufruem das consultas passaram a adotar, quase na totalidade pagamentos a prazo.

Adiantamentos de Clientes

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Clientes		
Adiantamento de clientes	9 745 €	11 279 €
Total	**9 745 €**	**11 279 €**

Imparidades

O movimento ocorrido na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber" durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	VALOR
Perdas por Imparidade	
Saldo Inicial 31/12/2022	100 297 €
Reforços	0 €
Reversões	0 €
Saldo Final a 31/12/2023	100 297 €

10. FUNDOS

O Fundo Social integra o valor do património aportado pelos Fundadores, conforme escritura de constituição em 9 de abril de 2003. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o fundo de capital é detalhado como se segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
FUNDO SOCIAL		
Fundadores:		
Logoplaste	675 000 €	675 000 €
Cap Gemini	450 000 €	450 000 €
Banco Comercial Português, SA	150 000 €	150 000 €
Fundação Huguett e Marcel Botton	50 000 €	50 000 €
Galp Energia, SGPS, SA	50 000 €	50 000 €
Banco BPI, SA	50 000 €	50 000 €
Fundação Oriente	37 500 €	37 500 €
Fundação Stanley Ho	37 500 €	37 500 €
Outros	24 €	24 €
Total	**1 500 024 €**	**1 500 024 €**

Resultados Transitados

Conforme decidido em Assembleia Geral, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi aplicado na totalidade em resultados transitados. Em 31 de dezembro de 2023 os resultados transitados negativos ascendem a 1.461.178,43 Euros e a 1.400.872,52 Euros em 2022.

11. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o Pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Gastos com o pessoal		
Remuneração do pessoal	317 876 €	333 022 €
Encargos sobre as remunerações	66 902 €	67 709 €
Outros gastos	10 281 €	4 439 €
Indemnizações	15 000 €	0 €
TOTAL	**410 059 €**	**405 170 €**
Número médio de colaboradores	18	18
Número de colaboradores em 31 Dezembro	17	18

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é detalhada conforme se segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Imposto S/Rendimento	0 €	38 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	0 €	565 €
IRC - Imposto a receber	0 €	0 €
Total	0 €	603 €
PASSIVO		
Estado e Outros Entes Públicos		
IRC - Imposto Estimado		
IRC - Imposto a pagar	255 €	422 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	21 806 €	14 650 €
IVA - a pagar	805 €	569 €
Contribuições para a Segurança Social	6 523 €	6 620 €
Outras tributações	0 €	141 €
Total	**29 390 €**	**22 403 €**

13. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Outros Rendimentos, detalha-se como segue:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos Suplementares	13 895 €	15 779 €
Quotas	3 420 €	180 €
Donativos para "Bolsa Social"	30 681 €	60 516 €
Donativos para "Gestão Corrente"	293 187 €	224 016 €
Donativos "Injunções tribunal"	700 €	700 €
Outros	13 921 €	486 €
Total	**341 909 €**	**301 676 €**

14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Um subsídio do Governo é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.
Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como "Subsídios à exploração" na demonstração dos resultados.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Outros rendimentos e ganhos		
Subsídios e doações	0 €	504 €
Total	**0 €**	**504 €**

15. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica Outros Gastos detalha-se conforme segue:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Outros gastos e perdas		
Impostos	934 €	876 €
Outros	185 €	81 €
Correções relativas a períodos anteriores	6 714 €	6 589 €
Total	**7 832 €**	**7 546 €**

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é detalhado como se segue:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Fornecimento e Serviços Externos		
Subcontratos	227 109 €	164 220 €
Trabalhos Especializados	51 467 €	37 715 €
Publicidade e Propaganda	1 046 €	308 €
Vigilância e Segurança	605 €	779 €
Honorários	744 157 €	588 347 €
Conservação e Reparação	2 352 €	5 199 €
Serviços Bancários	6 245 €	
Materiais	7 106 €	7 384 €
Energia e Fluidos	3 512 €	3 860 €
Deslocações e Estadas	2 118 €	127 €
Rendas e Alugueres	177 815 €	163 521 €
Comunicações	10 293 €	9 109 €
Seguros	1 332 €	1 976 €
Contencioso e Notariado		150 €
Limpeza Higiene e Conforto	23 657 €	16 166 €
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	1 098 €	3 699 €
TOTAL	**1 259 911 €**	**1 002 558 €**

O aumento das rúbricas de honorários e subcontratos de 2022 para 2023 é motivado pelo acréscimo de custos com médicos como forma a suprir o aumento de procura durante o ano em causa, bem com o valor dos honorários individuais sofreram aumento.

17. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo na rubrica de "Outros Créditos a Receber" detalha-se conforme se segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Outras contas a receber		
Outros devedores	14 351 €	13 658 €
Total	**14 351 €**	**13 658 €**

18. FORNECEDORES

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Adiantamentos a Fornecedores" e respetivos débitos do CADIn em C/C, detalha-se conforme segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Fornecedores		
Adiantamento a fornecedores	18 454 €	20 374 €
Total	**18 454 €**	**20 374 €**
PASSIVO		
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	17 930 €	5 421 €
Total	**17 930 €**	**5 421 €**

19. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de "Outros Passivos Correntes" detalha-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimento	0 €	491 €
Remunerações a Liquidar	45 998 €	65 217 €
Outros credores	19 084 €	18 515 €
Outras contas a pagar	5 638 €	30 084 €
Total	**70 720 €**	**114 306 €**

20. DIFERIMENTOS

A rubrica de "Diferimentos" em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é detalhada como se segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Gastos a reconhecer		
Seguro de Responsabilidade Civil	186 €	184 €
Mobilwave	2 392 €	0 €
Renda Lisboa	0 €	2 375 €
Renda Setúbal	0 €	1 300 €
Total	**2 578 €**	**3 859 €**

O diferimento referente à Mobilwave, refere-se à anuidade do software de gestão hospitalar, cuja renovação foi efetuada em setembro de 2023.

21. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe das rubricas de "Juros e Gastos Similares Suportados" e "Juros e rendimentos similares obtidos" foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	0 €	117 €
Resultados Financeiros	0 €	-117 €

Cascais, 02 de maio de 2024

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

142141704
7955